



Comissões pedem que STJ reveja decisão sobre estupro de meninas

Acusado de estuprar três garotas de 12 anos foi absolvido com o argumento de que as vítimas “já se dedicavam à prática de atividades sexuais desde longa data”. Senadores endossam nota da Secretaria de Direitos Humanos que aponta para impunidade e responsabilização das menores



Paim, ao lado de Gim Argello, diz que a decisão fragiliza pais e mães



Lídice (D) afirma que as vítimas sofreram duas violências: prostituição de menores e estupro

A Comissão de Direitos Humanos e a CPI mista que investiga a violência contra a mulher protestaram ontem contra decisão de uma turma do Superior Tribunal de Justiça que revoltou entidades de defesa dos direitos humanos. Solicitação de reversão do acórdão será enviada ao procurador-geral da República e ao advogado-geral da União.

Aprovados direitos trabalhistas para conselheiros tutelares

Comitê de Direitos Humanos pede política externa clara

CPI da Violência contra a Mulher ouve denúncias de prostituição

4 e 5

Presidente da Caixa alerta para limites do FGTS

Para Jorge Hereda, a criação de novas destinações para os recursos do fundo deve considerar a redução das demandas atuais. **3**



Presidentes da Câmara, Marco Maia, e do Senado, José Sarney, promulgam as emendas em sessão do Congresso

Lei Geral da Copa chega ao Senado

Após ser aprovado pela Câmara, o projeto que cria normas especiais no país para a Copa de 2014 será analisado pelos senadores. **8**

Legislação sanitária animal e vegetal vai a Plenário 6

Constituição recebe duas novas emendas

Servidores públicos aposentados por invalidez a partir de 2004 obtêm direito a proventos integrais (EC 70/12). Distrito

Federal receberá da União as atribuições de organizar e manter sua Defensoria Pública (EC 69/12). **2**

Educação pode evitar doenças por contaminação de alimentos 6



Fernando Collor, presidente da comissão, mostra a nova edição da revista

Comissão de Relações Exteriores apresenta revista *Em discussão!*

Nova edição da revista trata da defesa nacional e dos desafios das Forças

Armadas. Reportagens se basearam em audiências públicas do Senado. **4**

Aprovados três novos titulares de embaixadas

George Ney de Souza Fernandes representará o Brasil nas Filipinas; José Marcus Vinicius de Sousa, na República Dominicana; e Jorge Geraldo Kadri, na Polônia. **4**



Cristovam Buarque coordena debate sobre redução do consumo supérfluo

Especialistas condenam padrão de consumo da sociedade atual

Em debate sobre a Conferência Rio+20, educação foi apontada como saída para

aprimorar a consciência coletiva sobre o consumo responsável. **7**

Emenda constitucional que garante valor integral e paridade com pessoal da ativa para o servidor que se aposentar por invalidez foi promulgada ontem junto com outra emenda sobre a Defensoria do DF

Servidor público tem nova aposentadoria por invalidez

SERVIDORES PÚBLICOS APOSENTADOS por invalidez permanente a partir de 1º de janeiro de 2004 deverão ter a revisão dos valores de seus benefícios. A medida se tornou possível com a promulgação, ontem, pelas Mesas do Senado e da Câmara, da Emenda Constitucional 70/12, que assegura ao segmento receber proventos equivalentes à sua última remuneração, a chamada integralidade.

A revisão deverá ocorrer no prazo de 180 dias após a nova emenda entrar em vigor (publicação no *Diário Oficial da União*), com efeitos financeiros contados da data de promulgação.

O texto assegura também a paridade, ou seja, a vinculação permanente entre a aposentadoria e a remuneração do pessoal da ativa. O benefício

se estende às pensões decorrentes dessas aposentadorias.

A emenda garante a integralidade e a paridade para os servidores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal que entraram no serviço público até 19 de dezembro de 2003, data de publicação da Emenda Constitucional 41/03 (segunda reforma da Previdência).

— É uma medida extremamente justa e muito reclamada pelos servidores, que viam seus proventos serem drasticamente reduzidos ao se aposentarem por invalidez — afirmou o presidente do Senado, José Sarney.

O presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT-RS), disse que a matéria resgata dívida social com os servidores que se aposentaram por invalidez.

A mudança resultou da Proposta de Emenda à Constituição 5/12, da deputada federal Andreia Zito (PSDB-RJ).

Defensoria

Também foi promulgada ontem a Emenda Constitucional 69/12, que altera os artigos 21, 22 e 48 da Constituição e transfere da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do DF.

A emenda originou-se da PEC 7/08, de Gim Argello (PTB-DF). A nova regra começa a valer 120 dias após a publicação.

Agora, caberá ao Congresso e à Câmara Legislativa do Distrito Federal instalar comissões para, em 60 dias, elaborar projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional.



Maia (2º à esq.) e Sarney (3º à esq.) na sessão que promulgou a nova aposentadoria por invalidez para o funcionalismo

Comissão mista se prepara para analisar MP

A comissão mista do Congresso Nacional que vai analisar a admissibilidade da medida provisória que destina dinheiro do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) a instituições comunitárias que atuam na educação rural (MP 562/12) foi instalada na terça-feira e agora se articula para definir de que forma apreciará a MP.

É a primeira vez que uma comissão mista é instalada com o fim de examinar uma MP depois de o Supremo Tribunal Federal (STF) decidir que todas elas devem passar por análise prévia dos requisitos de urgência e relevância, como determina a Constituição. Isso não vinha sendo respeitado.

O presidente da comissão, senador Waldemir Moka (PMDB-MS), reuniu-se ontem com a vice-presidente, deputada federal Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO). O relator da



Waldemir Moka, presidente da comissão mista

matéria, deputado Padre João (PT-MG), e o relator-revisor, senador José Pimentel (PT-CE), também participaram do encontro.

A primeira reunião oficial da comissão será na terça-feira que vem. Nela, o relator apresentará sugestão de calendário, incluindo datas para a apresentação do parecer e realização de audiências públicas.

A expectativa, de acordo com Moka, é que a comissão conclua o parecer até 4 de maio, data anterior ao trancamento

da pauta na Câmara dos Deputados, onde a MP começa a tramitar:

— O STF não definiu prazo para apreciarmos [a MP] na comissão, mas precisamos ter um calendário, uma referência, e acordamos que o prazo limite é um dia antes que a MP comece a trancar a pauta

na Câmara dos Deputados — afirmou o senador.

A possibilidade de realização de audiências públicas foi destacada por José Pimentel como ponto positivo da instalação da comissão:

— Esse debate já existia nas outras MPs, mas de uma maneira menos organizada. Normalmente, o relator na Câmara e o revisor no Senado se reuniam com as entidades, com os fóruns e faziam toda essa análise com os autores das emendas apresentadas. Agora passa a ser organizada.

Senado muda tramitação de alguns projetos

Os senadores aprovaram ontem 11 requerimentos sobre tramitação de projetos de lei. A maior parte pedia a inclusão de comissões.

Entre os requerimentos aprovados, estava o 112/12, de Humberto Costa (PT-PE), pedindo que a Comissão de Direitos Humanos (CDH) também seja ouvida na análise do PLS 111/10, que prevê pena de detenção aos usuários de drogas. Outro aprovado foi o 138/12, de Romero Jucá (PMDB-RR), com o pedido para que o PLC 130/11, que estabelece multa contra a discriminação da mulher no mercado de trabalho, seja analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Dois requerimentos extrapauta foram votados. De autoria de José Pimentel (PT-CE), pediam a tramitação conjunta de vários projetos de lei do Senado tratando de um mesmo tema: a ampliação do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições Devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conhecido como Simples Nacional.



Senador ressalta a economia que haverá com o equipamento

Cícero Lucena comemora uso de tablets no Senado

Cícero Lucena (PSDB-PB) falou quarta-feira no Plenário sobre reunião na Comissão de Ciência e Tecnologia que apresentou oficialmente os 110 tablets adquiridos pelo Senado para o uso dos parlamentares.

De acordo com Cícero, os tablets, mais do que equipamentos tecnológicos, serão importante ferramenta de trabalho que possibilitará economia de papel e maior mobilidade, acessibilidade e interação com os cidadãos.

— Essa tecnologia, desenvolvida pelos competentes técnicos desta Casa, poderá ser disponibilizada para assembleias legislativas e câmaras de vereadores — disse.

Segundo Cícero, a Gráfica do Senado gastou, em 2011, mais de 5 milhões de folhas de papel, a um custo de R\$ 277.400 para a confecção de pautas das 11 comissões permanentes do Senado. A economia com o fim da impressão dessas pautas, informou, cobrirá com folga o gasto total na aquisição dos novos equipamentos.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://www.senado.gov.br/atividade/agenda/default.asp>

Plenário Sessão de discursos e comunicados da Mesa

9h Sem votação de matérias, a sessão não deliberativa é destinada a pronunciamentos de senadores.

Código Penal Audiência pública

10h A comissão de juristas que tem a finalidade de elaborar o anteprojeto de reforma do Código Penal realiza audiência para debater a "Parte geral do Código Penal".

CRA Produção de café em Rondônia

14h Audiência pública para discutir as políticas governamentais para produção e comercialização do café, em Cacoal (RO). A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ouve, entre outros, o diretor do Departamento do Café da Secretaria de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Edilson Alcântara.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Ana Amélia pede redução da carga tributária no país



Waldemir Barreto/Agência Senado

A alta carga tributária no país tem provocado situações como a do setor coureiro-calçadista do Rio Grande do

Sul, que não consegue concorrer com os produtos de material sintético importado, não sujeito à tributação do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), disse Ana Amélia (PP-RS).

A senadora pediu prioridade na agenda parlamentar para projetos que possam ajudar na recuperação das indústrias. Segundo ela, o problema afeta também os consumidores. Nos ovos de Páscoa, exemplificou, a carga tributária corresponde a 38,6% do preço do produto.

Vanessa defende medidas para proteger indústria



Waldemir Barreto/Agência Senado

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu a adoção de medidas pela presidente Dilma Rousseff para

impulsionar a indústria brasileira, que vem sofrendo com a concorrência de importados.

Segundo a senadora, depois de anos de crescimento constante, as receitas do polo industrial de Manaus registraram queda de 2,5% em janeiro, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Setores específicos, como o químico, tiveram retração de mais de 10% e o de duas rodas, de 1%, em comparação com janeiro de 2011.

Entorno do Distrito Federal é tema de ciclo de debates



Waldemir Barreto/Agência Senado

Um ciclo de debates na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) buscará alternativas para o

desenvolvimento autossustentável e geração de emprego e renda no Entorno do Distrito Federal, disse Rodrigo Rollemberg (PSB-DF). Nesta segunda-feira, informou, o debate será sobre segurança pública. Os próximos tratarão de educação, saúde pública, infraestrutura, saneamento, mobilidade urbana e habitação, entre outros.

— Juscelino Kubitschek concebeu Brasília como um polo indutor do desenvolvimento regional — afirmou o senador.

A senadores, Jorge Hereda explica que o fundo não tem capacidade para atender a novas demandas sem excluir ou reduzir destinações anteriores, como preveem dois projetos que tramitam no Congresso

FGTS chegou ao limite, afirma presidente da Caixa

A CRIAÇÃO DE novas destinações para os recursos do FGTS deve levar em conta a exclusão ou a redução das demandas atuais. A afirmação foi feita pelo presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Hereda, durante audiência pública da Subcomissão Temporária do FGTS. Para ele, não há possibilidade de que os recursos do fundo continuem gerando resultados como 500 mil casas financiadas por ano se novas destinações forem criadas.

— Quando se discute o que fazer com o FGTS, é uma coisa contra a outra. É preciso decidir — afirmou Hereda.

Criado na década de 1960, o FGTS é uma garantia ao trabalhador demitido sem justa causa e financia programas de habitação popular, saneamento e infraestrutura urbana.

O tema da audiência pública foi a distribuição dos lucros do fundo entre os trabalhadores, ideia presente nos projetos de lei do Senado (PLSs) 301/08 e 580/11. As propostas, que tramitam em conjunto, são de autoria, respectivamente, do ex-senador César Borges e da senadora Marta Suplicy (PT-SP). De acordo com a proposição mais recente, cada conta vinculada ao FGTS receberia anualmente um percentual do resultado positivo do fundo.

Ruim para pobres

Para Hereda, a distribuição do lucro, apesar de justa, não traria grande benefício a quem ganha menos. Segundo o presidente da Caixa, 66% das contas do fundo têm saldo de até um salário mínimo. Todas essas contas detêm,

juntas, apenas 4,5% do total dos recursos. Caso houvesse, em 2012, a distribuição dos lucros do resultado anterior, o crédito médio aos donos dessas contas seria de apenas R\$ 3. Por outro lado, os detentores de contas com mais de cem salários mínimos — 0,4% do total de pessoas com contas no fundo — receberiam, em média, R\$ 2.341.

— Os grandes cotistas, titulares das contas mais abastecidas, que estão em pequeno número, serão os maiores beneficiados se esses projetos forem aprovados. Penso que talvez sejam as pessoas que, socialmente falando, menos precisam do FGTS — ponderou Abelardo Campoy Diaz, representante das entidades do comércio no Conselho Curador do FGTS.



Hereda fala na audiência, entre o vice-presidente da Caixa Marcos Vasconcelos e os senadores Cyro Miranda e Marta Suplicy

Críticas à proposta de basear juros pelo IPCA

Outra sugestão discutida foi a alteração no indexador do FGTS. Atualmente, o fundo é corrigido pela Taxa Referencial (TR), acrescida de juros fixos. Entidades defensoras da mudança alegam que os trabalhadores acabam perdendo com relação ao que lucrariam, por exemplo, se a correção fosse feita pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação.

Tanto o presidente da Caixa quanto o integrante do conse-

lho curador criticaram a proposta pelos efeitos negativos que traria ao financiamento habitacional, alegando que a mudança elevaria os juros e o valor das parcelas pagas pelas famílias de baixa renda.

Hereda prometeu enviar à comissão uma estimativa de quantas famílias ficariam sem o financiamento caso o indexador se elevasse. Além disso, a alteração poderia gerar insegurança jurídica, já que inúmeros contratos

precisariam ser revistos, segundo Abelardo Diaz. Relatora da subcomissão, Marta Suplicy afirmou que o colegiado precisa buscar opções para ampliar os recursos do fundo.

Criada no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, a Subcomissão Temporária do FGTS discute questões de 27 proposições que tramitam no Senado. A meta é promover oito audiências (duas já foram feitas) e entregar relatório final em 13 de dezembro.

Demóstenes terá sigilo bancário quebrado

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski determinou ontem a quebra do sigilo bancário do senador Demóstenes Torres (DEM-GO). Ele também pedirá ao presidente do Senado, José Sarney, a lista de emendas ao Orçamento da União apresentadas por Demóstenes.

O senador do DEM foi denunciado pelo Ministério

Público como suposto beneficiário do esquema de jogos ilegais comandado por Carlinhos Cachoeira.

O ministro negou os pedidos de vista do processo feitos pelos senadores Raulo Rodrigues (PSOL-AP) e Pedro Taques (PDT-MT). Mas os advogados de Demóstenes terão acesso aos autos.

O senador Jayme Campos (DEM-MT), vice-presidente

do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, considera que a representação do PSOL contra Demóstenes deve ser decidida pelo presidente do colegiado, a ser eleito em 10 de abril.

Isentando-se de fazer juízo de valor sobre o caso, Sarney disse, no entanto, que as denúncias são graves e que é preciso dar andamento às representações feitas.

Jucá quer empenho para definição de novas regras do FPE

Romero Jucá (PMDB-RR) cobrou em pronunciamento, na quarta-feira, esforço do Senado para a definição da nova regra de partilha do Fundo de Participação dos Estados (FPE). A norma precisa ser aprovada até o fim do ano, para cumprir prazo determinado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Jucá alertou que a proximidade das eleições municipais limitará o tempo disponível para a discussão da matéria. Ele espera que o Senado possa aprovar uma regra “justa, equânime e que privilegie os estados mais pobres”.

Brics deve se libertar do FMI, diz Walter Pinheiro

Walter Pinheiro (PT-BA) comentou a realização da quarta reunião de cúpula do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) para debater os efeitos da crise financeira dos países desenvolvidos sobre suas economias. Para o senador, o grupo deve aproveitar a oportunidade para intervir de forma mais ativa nos rumos da economia mundial. Ele defendeu a criação de um banco de desenvolvimento do Brics, para “se libertar das amarras do FMI e do Banco Mundial”, que seguem um modelo que ele classificou de superado.

Ferraço volta a criticar ICMS único para importados

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) disse, na quarta-feira, que a proposta de uniformizar o ICMS sobre mercadorias importadas abala o equilíbrio federativo e tem impacto negativo sobre toda a economia nacional, além de violar prerrogativas constitucionais. O senador comentou o relatório que apresentou sobre o projeto (PRS 72/10) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Ele afirmou que o texto é inconstitucional, por tratar de matéria que deve ser regulada por lei complementar, e defendeu a manutenção dos incentivos pelos estados.



Moreira Mariz/Agência Senado



Moreira Mariz/Agência Senado



Moreira Mariz/Agência Senado

Aprovados nomes de três novos embaixadores

As Filipinas poderão ser uma ponte entre o Brasil e a Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean), disse ontem o embaixador designado para representar o país em Manila, ministro de segunda classe George Ney de Souza Fernandes, cuja indicação obteve parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores (CRE).

Na mesma reunião, foram aprovadas as indicações dos ministros de primeira classe José Marcus Vinicius de Sousa e Jorge Geraldo Kadri para exercerem os cargos de embaixadores na República Dominicana e na Polônia.

O indicado para as Filipinas relatou que, em 2011, aquele país foi responsável pela aproximação entre a Asean — composta por Brunei, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Filipinas,



Collor (3º à esq.) entre os diplomatas aprovados: Fernandes, Vinicius e Kadri

Cingapura, Tailândia e Vietnã — e o Mercosul. Os dois blocos poderão vir a firmar acordo de livre comércio.

Em sua exposição, Vinicius ressaltou o “potencial extraordinário” das relações entre o Brasil e a República Dominicana, especialmente para ampliação da cooperação nas áreas de tecnologia da informação, agricultura, saúde,

desenvolvimento sustentável e energias renováveis.

Kadri, indicado para a embaixada na Polônia, anunciou a sua intenção de promover esforço para diminuir o hiato que existe na cooperação atual com o Brasil. Ele recordou que o Brasil já vendeu 26 aviões da Embraer para a Polônia, além de sucos de frutas, fumo, café e açúcar.

Filipinas, República Dominicana e Polónia

<p>» Área: 300.000 km²</p> <p>» População: 94.852.030</p> <p>» PIB per capita: US\$ 4.100</p> <p>» Capital: Manila</p>	<p>» Área: 48.670 km²</p> <p>» População: 10.056.181</p> <p>» PIB per capita: US\$ 9.300</p> <p>» Capital: São Domingo</p>	<p>» Área: 312.680 km²</p> <p>» População: 38.298.949</p> <p>» PIB per capita: US\$ 20.100</p> <p>» Capital: Varsóvia</p>
---	---	--

Fonte: IBGE Países e CIA World Factbook

Cuba não pode ser excluída, diz Vanessa

A Comissão de Relações Exteriores aprovou ontem moção de apoio à inclusão de Cuba na Cúpula das Américas, que ocorrerá nos dias 14 e 15 de abril, na Colômbia. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que apresentou o requerimento, recordou que a cúpula, criada nos Estados Unidos, patrocina maior aproximação entre todos os países do continente — à exceção de Cuba.

A comissão aprovou também parecer favorável ao PDL 61/12, que aprova acordo de cooperação cultural entre Brasil e Belize, e três requerimentos de audiências: uma sobre pais e mães brasileiros que não conseguem a guarda dos filhos, outra sobre vendas de direitos de terras na Amazônia por parte de índios e a terceira para homenagear a Iniciativa de Genebra — um plano de paz não oficial para o conflito entre israelenses e palestinos.

Mãe pede retorno da filha para o Brasil

A pedido de Eduardo Suplicy (PT-SP), a Comissão de Direitos Humanos ouviu ontem Eliana Rodrigues, mãe de uma adolescente de 12 anos portadora da síndrome de Down. Eliana protestou contra a decisão da Justiça brasileira que permitiu ao pai da jovem, um alemão de quem se separou há cerca de oito anos, levar a filha de volta à Alemanha.

Segundo Eliana, o ex-marido a agrediu física e psicologicamente por vários anos, enquanto viviam na Alemanha. Ela também o acusou de abusar sexualmente da filha.

Além de pedir o retorno da adolescente, Eliana defendeu a aprovação de leis que impeçam casos similares aos seus. Ao protestar contra a decisão do juiz brasileiro que permitiu ao ex-marido levar a filha, ela afirmou que a medida ignorou os artigos 13 e 20 da Convenção de Haia.

Collor apresenta nova edição da revista *Em discussão!*

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Fernando Collor (PTB-AL), apresentou ontem a mais recente edição da revista *Em discussão!*, cujo tema é defesa nacional.

Com o título “Forte, jamais agressivo”, a publicação — da Secretaria Especial de Comunicação Social — toma como base audiências da comissão.

— A revista apresenta as claras necessidades de rápido reaparelhamento das Forças Armadas — afirmou Collor.

O diretor da Secretaria de Comunicação, Fernando Cesar Mesquita, disse que as edições da revista têm a intenção de divulgar os debates das audiências do Senado:

— A sociedade não tem ideia do nível dos debates. A mídia



privada não dá a importância que o Senado merece na discussão dos grandes temas.

Decisão do Superior Tribunal de Justiça argumenta que as vítimas, de 12 anos de idade, “já se dedicavam à prática de atividades sexuais desde longa data”. Comissão de Direitos Humanos do Senado e CPI que investiga violência contra a mulher apoiam ministra dos Direitos Humanos, que pede reversão do acórdão

Comissões repudiam absolvição de acusado de estupro de três meninas

DUAS COMISSÕES DO Senado protestaram ontem contra decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de relativizar o crime de estupro de vulnerável. Uma turma do tribunal absolveu um homem acusado de estupro de três meninas de 12 anos alegando que elas “já se dedicavam à prática de atividades sexuais desde longa data”. A decisão cria nova jurisprudência.

Atualmente, praticar sexo com menores de 14 anos configura estupro de vulnerável. A pena vai de 8 a 15 anos de reclusão e a lei tem caminho para se tornar mais rigorosa, para coibir o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

A ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário, divulgou nota em que repudia a decisão do STJ e pede sua reversão. O documento foi apoiado pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) e pela CPI mista que investiga a violência contra a mulher.

Ana Rita (PT-ES), relatora da CPI, afirmou que a decisão do corte desrespeita os direitos fun-



Crianças submetidas à prostituição acabam responsabilizadas pelo STJ, afirma Ana Rita

damentais das crianças e acaba por responsabilizá-las, quando estão em completa vulnerabilidade.

Paulo Paim (PT-RS), que preside a CDH, leu a nota da ministra, segundo a qual será encaminhada solicitação ao procurador-geral da República, Roberto Gurgel, e ao advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, para que analisem medidas

para reverter a decisão. Ele afirmou que a decisão abre precedente que fragiliza pais, mães e todos aqueles que lutam para cuidar das crianças e dos adolescentes.

“Essa sentença significa impunidade para um dos crimes mais graves cometidos contra a sociedade brasileira”, destaca a nota da Secretaria de Direitos Humanos.

— Consideramos inaceitável que as próprias vítimas sejam responsabilizadas pela situação de vulnerabilidade que se encontram — disse a ministra Maria do Rosário.

Para declarar o acusado inocente, o STJ manteve decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo. A absolvição causou a revolta de entidades de defesa dos direitos humanos.



Lídice diz que as meninas sofreram duas violências: prostituição e estupro

Em Plenário, senadoras criticam decisão judicial

Lídice da Mata (PSB-BA) e Ana Rita (PT-ES) criticaram em Plenário a absolvição do acusado de estupro.

Lídice considerou a decisão do STJ insensível e apontou uma “revitimização das vítimas”, já que elas não possuem defesa do Estado em nenhuma

das duas violências às quais estão sujeitas: a prostituição de crianças e adolescentes e o estupro.

Wellington Dias (PT-PI) apoiou a opinião de Lídice, afirmando que o fato das adolescentes estarem se prostituindo não tira a responsabilidade do crime.

Ana Rita leu a íntegra da nota de repúdio divulgada pela CPI mista, da qual é relatora. Ela enfatizou que o Senado não pode compactuar com a decisão do STJ, a qual classificou como “inadmissível”. Em sua avaliação, o tribunal abre um precedente que

pode deixar impune um crime tão comum no país.

A nota lida por Ana Rita observa que, se o STJ tivesse se questionado como meninas em idade tão precoce ingressam na prostituição, certamente não relativizaria o princípio da presunção da violência.

CPI recebe denúncias de prostituição

Além de aprovar a nota de repúdio à decisão do STJ, as parlamentares da CPI mista que investiga a violência contra a mulher ouviram ontem ativistas dos direitos femininos que denunciaram o aumento de prostituição infantil e de prostíbulos em comunidades onde há grandes obras de construção de hidrelétricas, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste.

Para a representante do Movimento das Mulheres Camponesas, Rosângela Piovizani, os governos estaduais e o federal devem tomar providências diante da situação que considera preocupante, agravada pelo tráfico e pela violência.

— Só na cidade de Estreito, no Maranhão, existem 240 casas de prostituição, e os operários que foram para lá trabalhar na construção de uma usina utilizam um cartão que eles batizaram de cartão dos prazeres — exemplificou Rosângela.

A secretária de Mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Carmen Helena Ferreira Foro, advertiu para o descaso do

poder público e a “total invisibilidade” das vítimas de violência doméstica que estão na zona rural.

— De cada quatro mulheres que vivem no meio rural, uma é extremamente pobre. Muitas nem sequer têm condições econômicas de arcar com o deslocamento por grandes distâncias para buscarem ajuda das autoridades — lamentou Carmen.

Uma das denúncias apresentadas na reunião foi de uma mulher em São João da Baliza (RR) que disse ser constantemente agredida pelo marido, mesmo após ter feito mais de 30 queixas à polícia. A relatora da comissão, Ana Rita (PT-ES), informou que o colegiado fará diligências e audiências nos estados nas próximas semanas.

A CPI deve visitar os estados com maiores taxas de violência contra a mulher, como Paraíba, Espírito Santo, Alagoas, Paraná, Mato Grosso do Sul, Pará, Bahia, Pernambuco, Mato Grosso e Tocantins, além daqueles com maior população: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.



Ana Rita (2ª à esq.) ouve Carmen, da Contag, criticar descaso com as vítimas

Números da violência

Veja a seguir alguns dados sobre a violência contra a mulher no Brasil, de acordo com o plano de trabalho da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher

- 4 a cada 10 mulheres brasileiras já foram vítimas de violência doméstica
- O assassinato de mulheres no Brasil é superior à média mundial. Em um ranking com 73 países, o Brasil é o 12º com maior taxa de homicídios de mulheres
- Entre 1998 e 2008, mais de 42 mil mulheres foram assassinadas no Brasil, com taxa anual de 4,25 homicídios para cada 100 mil mulheres
- Aproximadamente 40% dessas mortes ocorreram dentro de casa
- A procura pela Central de Atendimento (Ligue 180) da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres cresceu 16 vezes de 2006 a 2010

Projeto sobre conselheiro tutelar vai para a Câmara

A Comissão de Direitos Humanos aprovou projeto de lei que garante uma série de direitos trabalhistas aos conselheiros tutelares. Uma das funções desses profissionais é a de atender crianças e adolescentes vítimas de violência.

A proposta irá para a Câmara, a não ser que haja recurso para votação no Plenário do Senado.

O texto determina que os conselheiros terão direito a cobertura previdenciária, férias, 13º salário, licença-maternidade e licença-paternidade.

O projeto (PLS 278/09) é de Lúcia Vânia (PSDB-GO). O relator foi Gim Argello (PTB-DF).

Cada conselho tutelar tem cinco membros, escolhidos pela população local. O projeto prevê que o mandato passará de três para quatro anos.

Numa alteração feita pelo relatório de Gim Argello, retira-se a possibilidade de prisão especial para os conselheiros, hoje garantida por lei, sob o argumento de que isso é “discriminatório e inconstitucional”.

Millôr e Chico Anysio foram ícones, afirma Wellington

Em discurso no Plenário, Wellington Dias (PT-PI) lamentou que em menos de uma semana o Brasil tenha perdido dois “ícones culturais consagrados”: Chico Anysio e Millôr Fernandes.

O parlamentar assinalou que ambos “foram e serão reconhecidos como intelectuais multifacetados”.

— Chico foi um revolucionário que fez do humor sua maior arma em defesa da alegria da nossa alma. Millôr pintou a coragem e denunciou com suas caricaturas o lado obscuro de nosso cotidiano, mesmo tempos em que a liberdade de expressão era uma tela rara — afirmou Wellington.



Wellington Dias lamenta morte de dois artistas brasileiros

Grupo pede clareza na política externa de direitos humanos

O Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa quer saber como o Brasil formula sua política externa em questões de direitos humanos.

A cobrança foi feita ontem no Senado, numa audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Segundo Camila Lissa Asano, secretária executiva do comitê, a política nacional tem sido “opaca” em muitos momentos e produz na sociedade a sensação de que muitas ações do governo na área são “dúbias e incoerentes”.

— O Brasil tem a capacidade de dialogar com diferentes interlocutores, devendo usá-la em prol dos direitos humanos. E não ao contrário, para que as boas relações se mantenham à custa de postura mais tímida na defesa dos direitos humanos.

Camila Asano disse que a presidente Dilma Rousseff assumiu no início do mandato um discurso muito claro na defesa dos direitos humanos na política externa. Como exemplo, citou que o país chegou a apoiar a resolução do Conselho de Direitos da ONU que criou uma relatoria para investigar violações no Irã ano passado. No entanto, meses

depois, o Brasil se absteve na votação de uma resolução da Assembleia Geral em que o Irã era condenado pelas mesmas violações.

O representante do Ministério das Relações Exteriores, Otávio Maia Chelotti, afirmou que a política externa do país é “absolutamente comprometida com os direitos humanos”. No entanto, disse que a melhor maneira de promover os direitos humanos é pelo diálogo — como vem ocorrendo com o Irã e a Síria.

— Nossa preocupação é dar um tratamento equilibrado a esse tema. Não é, de modo nenhum, uma flexibilização — disse Chelotti.

O governo foi criticado por questionar medidas cautelares exigidas pela Comissão Interamericana dos Direitos Humanos para a proteção das comunidades atingidas pela Usina de Belo Monte.

Para Camila Asano, a posição do país tende a enfraquecer o Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

Otávio Chelotti respondeu que o Brasil cumpre integralmente as medidas definidas pela Corte Interamericana, onde a questão de Belo Monte foi reexaminada.



Michelle Morais, Paulo Paim, Gilda de Carvalho, Camila Asano e Daniella Hiche

Procuradora alerta para situação de haitianos no país

Daniella Hiche, do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa, elogiou o Congresso Nacional pela aprovação da Lei de Acesso à Informação Pública.

Entretanto, alertou para a necessidade de que as informações sejam complementadas com documentos anuais que informem o plano de ação e os resultados obtidos no cumprimento das recomendações e tratados internacionais sobre direitos humanos.

O presidente da Comissão de Direitos Humanos, Paulo Paim (PT-RS), abriu a reunião lendo nota em que as entidades do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa pedem que o governo interceda para que a Rio+20 aborde a relação entre direitos humanos e desenvolvimento sustentável.

Especialistas reunidos em audiência da Comissão de Assuntos Sociais alertaram para a necessidade de investir mais no treinamento de quem trabalha com alimentos e na conscientização do consumidor

Educação pode evitar contaminação de alimento

INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO e capacitação de quem trabalha com a produção de alimentos é medida importante para evitar problemas de saúde provocados pela contaminação. Este foi um dos pontos levantados ontem por participantes de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Outra necessidade, afirmaram os especialistas, é conscientizar a população para que fiscalize as condições dos alimentos.

— Não adianta pensar que a Anvisa [Agência Nacional de Vigilância Sanitária] vai contratar centenas de fiscais e o problema será resolvido. Muitos aspectos são de higiene, que é um problema cultural das pessoas — afirmou

Fernando Cabral, representante da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel).

Cabral avaliou que a legislação é adequada, faltando educação e informação às pessoas. Ele sugeriu a realização de campanhas sobre segurança alimentar e consumo.

O representante da Abrasel disse que os programas de qualificação para atuação em hotéis e restaurantes, sob responsabilidade do Ministério do Turismo, estão parados, o que gera preocupação, tendo em vista a Conferência Rio+20 este ano, a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Vera Kawasaki, da Sociedade Brasileira de Gastronomia e Nutrição, também apontou

a necessidade de preparar o consumidor para cobrar seus direitos.

— A Anvisa e os órgãos de fiscalização locais não dão conta — disse.

O desconhecimento sobre a conservação e manipulação dos alimentos, afirmou o presidente da Anvisa, Dirceu Barbano, compromete a cadeia produtiva. Para ele, os principais pontos a enfrentar são os problemas de saúde e as perdas ao longo da cadeia.

A audiência de ontem foi requerida por Cyro Miranda (PSDB-GO). Também participaram Licinia de Campos, do Serviço de Informação da Carne (SIC), e Márcio Milan, da Associação Brasileira de Supermercados (Abras).



Licinia, Milan, Cabral, Jayme Campos (presidente da CAS), Barbano e Vera debatem alternativas para combater o problema

Pedro Simon lembra um ano da morte de José Alencar



Pedro Simon (PMDB-RS) prestou homenagem ontem ao ex-senador e ex-vice-presidente da República José Alencar, morto há um ano. Para Simon, José Alencar não pode ser esquecido pelo povo brasileiro.

— Há um ano, ele embarcou no trem da história, com a qual tanto contribuiu.

Segundo o senador, o legado e o exemplo de Alencar não morrerão nunca.

Para Lopes, Alencar foi um "verdadeiro herói brasileiro"



Eduardo Lopes (PRB-RJ) também lembrou, em pronunciamento ontem, um ano da morte do

ex-vice-presidente da República José Alencar.

— Faz um ano que o Brasil perdeu um de seus filhos mais ilustres, que permanece como símbolo indestrutível, pelos seus feitos e por tudo que representou. Um verdadeiro herói brasileiro. Um herói chamado José.

Suplicy questiona reportagem sobre terras indígenas



Reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* que acusa índios de vender a estrangeiros os direitos sobre

terras de reservas na Amazônia foi contestada por Eduardo Suplicy (PT-SP). Tal venda seria impedida pela Constituição, destacou o senador. Ressalvou, no entanto, que é preciso denunciar quem tentar fazer com que os índios, "por ingenuidade e ignorância", envolvam-se em prática de ilegalidade.

Davim quer empenho dos municípios contra a tuberculose



Paulo Davim (PV-RN) pediu ontem, em Plenário, que os gestores municipais se comprometam

a acompanhar os pacientes de tuberculose até a conclusão do tratamento.

Por ser um tratamento longo, o paciente não o conclui e acaba não sendo curado, disse o senador. Ele afirmou que a tuberculose ainda é a quarta causa de mortalidade entre as doenças infecciosas no Brasil.

Militares pedem a Sarney agilidade na aprovação de projeto

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o vice-presidente do Superior Tribunal Militar, ministro Olympio Pereira da Silva, que pediu celeridade na votação do projeto que inclui no Estatuto dos Militares a esclerose múltipla como doença incapacitante. O projeto (PLC 127/11) foi encaminhado ao Congresso pela Presidência da República e aguarda relatório da Comissão de Assuntos Sociais.

Projeto consolida legislação sanitária animal e vegetal

Projeto que consolida a legislação sanitária vegetal e animal federal foi aprovado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). O texto reúne 14 normas: sete leis, dois decretos e três decretos-lei, e dois artigos de outras duas leis.

O autor da proposta (PLS 592/11 — Consolidação) é o senador Antonio Russo (PR-MS). O relator, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), destacou que o texto, além de reunir a legislação, facilitando

o acesso a ela e ajudando no seu cumprimento, atualiza o nome de órgãos da administração pública e termos ultrapassados que ainda constavam das normas legais.

O texto original previa a consolidação de 13 normas, mas Rollemberg apresentou substitutivo para incluir a Lei 12.097/09, que dispõe sobre a rastreabilidade na cadeia produtiva das carnes de bovinos e de búfalos.

A proposta será enviada ao Plenário.



Rollemberg (E), Cyro Miranda, Antonio Russo e Sérgio Souza na CRA

Comissão aprova isenção para pesticida de uso veterinário

Pesticidas de uso veterinário classificados no menor grau de toxicidade poderão ficar isentos das contribuições para o PIS-Pasep e da Cofins por dez anos. A proposta (PLS 737/11) foi aprovada na CRA, onde teve Ana Amélia (PP-RS) como relatora, e segue

para decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Com a medida, o autor, Acir Gurgacz (PDT-RO), quer estimular a pesquisa e a produção de pesticidas eficientes e pouco agressivos ao meio ambiente e à saúde humana.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Waldemir Moka
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário: Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin
Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer
Reportagem: Cíntia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações – Seep

Ângela defende construção de hidrelétricas em RR



Ângela Portela (PT-RR) defendeu ontem a construção de usinas hidrelétricas em Roraima, para que “o estado saia da dependência energética”. A capital, Boa Vista, recebe energia da Venezuela.

A senadora disse ter recebido do Ministério do Planejamento a garantia de atenção especial para a construção da Usina de Bem-Querer, projeto da ordem de R\$ 3,9 bilhões.

Anibal Diniz anuncia Agenda Amazônica para a Rio+20



Anibal Diniz (PT-AC) destacou ontem reunião ocorrida em Belém entre os governadores dos estados da Amazônia Legal, para debater a criação da Agenda Amazônica, a ser apresentada na Rio+20.

Os governadores defenderam, entre outros temas, uma política que potencialize o uso econômico dos recursos florestais e dos serviços ambientais.

Mário Couto critica Vale por se recusar a pagar taxas ao Pará

O senador Mário Couto (PSDB-PA) criticou a postura da mineradora Vale, que recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) para não pagar



os impostos referentes à extração do minério do subsolo do Pará. A assembleia legislativa do estado aprovou a cobrança da chamada “taxa de mineração”, com a qual espera arrecadar R\$ 800 milhões por ano.

Mário Couto revelou a intenção de propor uma CPI para averiguar as finanças da Vale, que, segundo ele, pouco devolve ao estado das riquezas que dele extrai.

O minério de ferro de alta qualidade retirado do solo paraense, afirmou, representa 70% do extraído pela mineradora no Brasil, e gera recursos da ordem de R\$ 40 bilhões.

Benedito considera cooperativa alagoana exemplo para o país



A Cooperativa Pindorama, em Alagoas, deve servir de modelo para o desenvolvimento do país, disse Benedito de Lira (PP-AL). O faturamento da Pindorama deve atingir R\$ 200 milhões na safra 2011/2012, e, segundo o senador, seus sócios querem que os recursos sejam reinvestidos na própria cooperativa. Benedito pediu ao Executivo incentivo a cooperativas organizadas nos mesmos moldes.

Ivo Cassol registra lançamento do Brasil Rural em Rondônia



O senador Ivo Cassol (PP-RO) registrou ontem o lançamento do programa Brasil Rural no estado de Rondônia.

Segundo ele, o programa é uma estratégia do Ministério do Desenvolvimento Agrário para organizar a agricultura familiar, desde a produção até o mercado consumidor. Cassol contou que o ministério também entregou retroscavadeiras para prefeituras do interior do estado.

Eduardo Lopes comemora a passagem do Dia Mundial da Água

Eduardo Lopes (PRB-RJ) destacou em pronunciamento, na quarta-feira, a passagem do Dia Mundial da Água, comemorado no dia 22 deste mês. Ele disse que a consciência ecológica é recente na Humanidade, tendo surgido como resposta à constatação de que os recursos naturais são findáveis.

O senador afirmou que, de todos os recursos essenciais à preservação da vida, a água é o que mais preocupa.

Lopes ressaltou que 97% da água está nos oceanos, e que sobra menos de 1% para produção de alimentos e uso humano e animal. Além disso, lembrou, boa parte da água doce está contaminada.

O parlamentar comentou ainda o uso de método eletrolítico no uso de tratamento de esgoto e de produção de água para consumo humano. Segundo ele, o sistema também pode ser usado no tratamento de resíduos industriais.

Para analistas ouvidos ontem no Senado, sociedade precisa reformular os padrões de consumo de modo a não comprometer os recursos naturais. Eles apontaram a educação como essencial nesse processo

Consumo supérfluo é criticado em audiência

ESPECIALISTAS OUVIDOS ONTEM em audiência pública no Senado condenaram os padrões de consumo da sociedade, que têm pressionado os recursos naturais e os parâmetros de medição de desenvolvimento. No debate “Consumo supérfluo: como diminuir?” promovido pela Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), os analistas apontaram a importância da educação para aprimorar a consciência coletiva sobre o tema.

Coordenadora executiva do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Lisa Gunn relacionou os padrões de consumo com os problemas ambientais do mundo, situação que, enfatizou, já estava clara na Eco-92 — conferência ambiental também realizada no Rio em 1992.

Lisa chamou a atenção para a corresponsabilidade de governo, indústria, comércio e consumidores sobre a questão. Ela cobrou ousadia dos legisladores por considerar que,

enquanto o consumo no Brasil cresce de forma “fenomenal”, as leis em defesa do meio ambiente progridem lentamente.

A representante do Idec também defendeu uma política fiscal que desestimule o consumo de produtos menos sustentáveis. E condenou fatores como a obsolescência planejada, o uso irresponsável do crédito e a publicidade para crianças. Em sua opinião, é preciso apresentar alternativas que levem a mudanças de hábito e permitam a adoção de novos estilos de vida.

Vana Tércia Silva de Freitas, da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, ressaltou que a redução do consumo é urgente e as pessoas terão que se adaptar, “pelo bem ou pelo mal”. A analista ambiental criticou especialmente a ideologia do “ter, em vez do ser” e a busca de imitação do “padrão de consumo norte-americano”.

Para Vana Tércia, que espera o apoio dos meios de comunicação para o sucesso da rediscussão do consumo,

o esforço pela mudança de padrões de comportamento depende fundamentalmente da educação. Ela também defendeu a ação dos gestores públicos no estímulo ao consumo consciente.

Edson Franco, coordenador do Grupo Nacional sobre Decrescimento, concordou com o papel da educação no questionamento da produção e do consumo como bases da sociedade contemporânea. E pediu uma reaproximação com a natureza e “uma certa espiritualidade” que afastem as pessoas dos apelos comerciais da propaganda.

Ao classificar o produto interno bruto (PIB) como “engodo” e criticar o governo federal por sua busca de crescimento econômico incessante, Edson defendeu a substituição do paradigma social de que consumo e crescimento são benéficos. Para ele, é preciso adotar uma visão mais realista do problema diante da escassez de recursos.

A subcomissão da Rio+20 é presidida pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF).



Cristovam Buarque (*de óculos*) preside o debate, que contou com Edson Franco, Vana Tércia de Freitas e Lisa Gunn

Especialistas querem proibir retrocesso ambiental

O princípio da proibição do retrocesso ambiental, que impede recuo nos níveis de proteção consagrados pela legislação, recebeu ontem apoio dos participantes de colóquio internacional realizado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

— Junto aos direitos humanos e ambientais, o princípio está ligado ao direito à vida. Não é apenas uma questão jurídica, mas de ética e moral — disse o professor Michel Prieur, da Universidade de Limoges, na França.

Prieur lembrou que o Brasil foi o primeiro país a mostrar

interesse em incluir o princípio no documento a ser assinado na Rio+20, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a ser realizada em junho, no Rio.

O presidente da CMA, senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), afirmou que o Senado está trabalhando com esse objetivo.

— Neste momento, estamos negociando o conteúdo fundamental da declaração de chefes de governo, de chefes de Estado, no sentido de incluir metas objetivas para o desenvolvimento sustentável — contou Rollemberg, integrante da comissão externa que representará o Senado na Rio+20.



Michel Prieur, senador Pedro Taques e ministro do STJ Herman Benjamin, na CMA

Texto prevê prêmio a campeões de 1958, 1962 e 1970

Foi mantido no texto do projeto da Lei Geral da Copa, aprovado anteontem pela Câmara, a possibilidade de a União declarar feriados nacionais os dias em que houver jogos da Seleção Brasileira na Copa de 2014.

Na primeira fase, o Brasil jogará em 12 de junho (quinta-feira), 17 de junho (terça) e 23 de junho (segunda).

Além disso, os estados e os municípios que sediarem a Copa das Confederações de 2013 e a Copa poderão declarar feriado ou ponto facultativo nos dias de jogos em seus territórios.

Em 2014, o sistema de ensino público e privado terá de ajustar seu calendário para que as férias de meio de ano coincidam com a Copa, de 12 de junho a 13 de julho.

Auxílio

Outro ponto aprovado pelos deputados concede aos jogadores das seleções campeãs de 1958, 1962 e 1970 um prêmio de R\$ 100 mil para cada um, além de um auxílio mensal.

Segundo o texto, o benefício será pago a atletas sem recursos para complementar sua renda até atingir o teto da Previdência (R\$ 3.916,20).

No caso de o beneficiário já ter falecido ou morrer, a mulher e os filhos poderão receber os valores. Os benefícios valerão a partir de 2013 e serão custeados pelo Tesouro Nacional.

O texto da Lei Geral da Copa estabelece ainda caráter prioritário e isenção de custos para os vistos de entrada concedidos a espectadores que possuam ingressos, à equipe da Fifa e a seus convidados e parceiros, a árbitros, a membros das seleções e a prestadores de serviços. Para os espectadores, o visto será de 90 dias. Para os demais, pode ser fixado até 31 de dezembro de 2014.

Projeto que estabelece regras especiais para o período em que o Brasil sediará a Copa de 2014 trata de temas polêmicos, como a venda de bebidas alcoólicas nos estádios, o que hoje é proibido por lei

Aprovada na Câmara, Lei da Copa chega ao Senado

APROVADA ANTEONTEM PELA Câmara dos Deputados, a Lei Geral da Copa agora será votada pelos senadores.

A proposta trata dos direitos comerciais da Fifa na Copa do Mundo de 2014, que será realizada no Brasil, e estabelece privilégios temporários para a entidade durante o campeonato. As regras valem também para a Copa das Confederações, um ano antes.

A expectativa do líder do governo no Congresso, José Pimentel (PT-CE), é que o projeto seja aprovado ainda no primeiro semestre.

— O governo tem muito interesse na aprovação. Vamos aguardar a distribuição às comissões e tentar dar celeridade — disse.

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou que o projeto terá prioridade na Casa, em razão da sua importância para o Brasil

O líder do PSDB no Senado, Alvaro Dias (PR), também avalia que a votação será rápida, mas critica a ênfase das discussões na liberação ou não



Torcedores em jogo no Maracanã: Lei Geral da Copa trata de bebida em estádios

da venda de bebidas alcoólicas nos estádios.

Para o senador, as questões essenciais, como as obras dos estádios e de infraestrutura, estão sendo deixadas de lado.

— O que se discutiu durante todo este tempo na mídia foi se deve ser permitida a venda de cerveja nos estádios. Ficam discutindo temas ligados a interesses econômicos da Fifa, um tema acessório, enquanto o essencial foi deixado em segundo plano, como o super-

faturamento de obras.

Pelo texto, a liberação de bebidas alcoólicas nos estádios durante as partidas terá de ser negociada pela Fifa com cada estado. A regra geral que permitia a venda de bebidas foi retirada do texto pelo relator, mas o Plenário da Câmara manteve o artigo que suspende normas do Estatuto do Torcedor sobre o tema. Como o estatuto é genérico sobre bebidas, cada estado regulamentou o assunto de maneira diferente.

Decisão sobre Lei Seca é retrocesso, diz Casildo Maldaner

Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que reconhece apenas o uso do bafômetro ou de exame de sangue para comprovar a embriaguez no trânsito “cria uma confusão na cabeça da sociedade”.

Para ele, a decisão é “um grave retrocesso na luta pela preservação da vida, pela humanização do trânsito e da cidadania”, além de enfraquecer a Lei Seca, que reduziu o número de mortes no trânsito.

— Apesar dos avanços obtidos com a Lei Seca, os números mantiveram-se assustadores. A partir de agora, a tendência é de agravamento — afirmou.

O senador disse ser “inescapável” ao Senado propor alterações no Código de Trânsito Brasileiro, no Código Penal ou em qualquer outra regra.

Alvaro Dias quer debater superfaturamento

Alvaro Dias (PSDB-PR) anunciou que os partidos de oposição no Senado poderão concordar em votar o projeto da Lei Geral da Copa em regime de urgência.

— Nós podemos votar em tempo recorde. A oposição não vai colocar obstáculos.

Para ele, a discussão travada nos últimos meses sobre a proibição ou não da venda de bebidas alcoólicas nos estádios é secundária e não deve ser motivo para a não votação.

Para Alvaro, os problemas de superfaturamento nas obras, por exemplo, é que precisariam ser alvo de maior preocupação. Nesse sentido, ele citou reportagem de *O Globo* informando que os gastos com construção de estádios já estão 57,6% acima do previsto inicialmente.



Woldeimir Barrero/Agência Senado



Woldeimir Barrero/Agência Senado

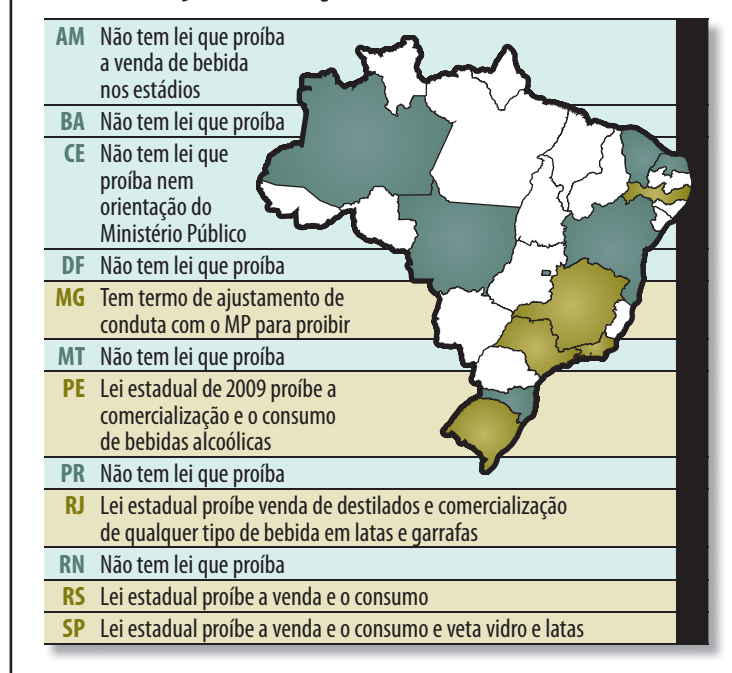
Cinco dos 12 estados vetam álcool nos jogos

Um dos pontos mais polêmicos do projeto, a liberação da venda de bebidas alcoólicas nos estádios terá de ser negociada pela Fifa caso a caso.

Cada um dos 12 estados que abrigarão os jogos da Copa de 2014 lidam com o tema de uma maneira.

Alguns têm leis que proíbem a venda de bebidas nos estádios. Outros não tratam especificamente do tema, mas possuem um termo de ajuste de conduta (TAC) com o Ministério Público. Nesses casos, uma eventual liberação teria de ser negociada com o Ministério Público local.

Veja a situação em cada estado



Ana Amélia cita dia em defesa das fronteiras

Ana Amélia (PP-RS) registrou a passagem do Dia Nacional de Mobilização em Defesa das Fronteiras, realizado por servidores federais. A intenção, explicou, é alertar a sociedade para os problemas enfrentados nessas regiões. Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Receita Federal reivindicam o pagamento da indenização de fronteira, um adicional para os servidores permanecerem no cargo mesmo com a precariedade verificada.

Lídice da Mata registra os 463 anos de Salvador

Lídice da Mata (PSB-BA) registrou os 463 anos de Salvador. Depois de lembrar a história da cidade, fundada em 1549 como sede da administração colonial, a parlamentar destacou a necessidade de enfrentar a descontinuidade administrativa, a desestruturação financeira e a subordinação a lógicas privadas que a assolam. Para recuperar a legitimidade, afirmou, Salvador deveria retomar o planejamento.

— É preciso desprivatizar — disse.

Petecão anuncia jogo beneficente no Acre



Moreira Mariz/Agência Senado

Sérgio Petecão (PSD-AC) registrou a realização de uma partida de futebol beneficente em Rio Branco, ontem. A renda do jogo, no estádio Florestão, foi destinada a pessoas atingidas pelas recentes enchentes no estado. Entre os convidados, estavam os deputados Romário (PSB-RJ), Deley (PSC-RJ), Danrlei (PSD-RS) e Popó (PRB-BA).

CDH discute folha de pagamento nesta 2ª

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza na próxima segunda-feira audiência pública sobre a desoneração da folha de pagamento por parte do empregador. O anúncio foi feito por Paulo Paim (PT-RS). O debate contará com a participação de representantes do governo e de lideranças dos trabalhadores. Para ele, as centrais sindicais não concordarão com a desoneração, exigindo alguma contrapartida pelo governo.